

Re: Esclarecimento - PE 005/25 - Auxílio Alimentação - CM de Bom Jardim/RJ - Pluxee



De Marinice Cardoso Vieira <licitacoes@camarabomjardim.rj.gov.br>
Para Tiago Nebesny <tiago.nebesny@pluxeegroup.com>
Data 2025-12-16 15:23

Em 2025-12-16 10:01, Tiago Nebesny escreveu:

Grato pela pronta resposta, Srta. Marinice.

Oportunamente, solicitam-se novos esclarecimentos:

1. No intuito de extirpar qualquer dúvida em torno da regra de pagamento, pergunta-se: deve ser considerada a previsão contida no item 1.8.1.2, do Edital?

2. Segundo consta no item 1.6.2.1, do Edital, a empresa participante deste credenciamento deverá comprovar que possui em seu aplicativo a função de cartão virtual para compras em aplicativos de delivery ou na forma on line.

Essa exigência encontra-se alinhada à modernização dos meios de consumo e voltadas ao atendimento das necessidades dos usuários do serviço licitado.

Diante disso, pergunta-se: a exigência acima indicada deve respeitar a sistemática operacional estabelecida pelo edital e estar inserida no controle tecnológico próprio da empresa participante, ou seja, o cartão virtual deve ser emitido e credenciado 100% pela empresa participante, sob pena de contrariar os itens 5.5.14, 5.5.17, 5.5.38, do TR?

“5.5.14 - É vedada a transferência de responsabilidade da Contratada para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

(...)

5.5.17 - Cancelar o credenciamento dos estabelecimentos comerciais que não cumprirem os padrões e exigências nutricionais, sanitárias e demais obrigações descritas na legislação pertinente; ou ainda que, por ação ou omissão, concorram para o desvirtuamento da finalidade do benefício ou para qualquer outra prática irregular, como a exigência de ágio sobre o preço de tabela (praticado para compras em espécie), a imposição de desconto sobre o valor do saldo do cartão, ou a recusa na aceitação do pagamento em cartão. É obrigatória, nesses casos, a substituição por novo estabelecimento na mesma área, modalidade de convênio e padrão do descredenciado (exceto se o descredenciamento ocorrer exatamente pelo motivo do estabelecimento estar abaixo dos padrões aceitáveis, caso em que o novo credenciado deverá respeitá-los);

(...)

5.5.38 - A contratada não poderá transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;”

3. Em relação à comprovação da funcionalidade do cartão virtual, é correto entender que deverá ser comprovada em sede de diligência (item 11.2.1, do Edital) por meio de demonstração online/virtual previamente agendada, com a possibilidade de participação dos representantes legais das empresas, em observância aos princípios da publicidade e da transparência?

“11.2 - É facultado à Pregoeira ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informação que deveria constar no ato solicitado.

11.2.1 - A Pregoeira poderá a qualquer momento convocar servidor competente da Câmara Municipal para esclarecer eventuais dúvidas técnicas relacionadas à especificação dos itens e a proposta apresentada pelas licitantes.”

—

4. A leitura sistemática do art. 69 da NLLC revela que a comprovação da solidez financeira da licitante vencedora do certame deve ser feita, obrigatoriamente, por índices econômico-financeiros usuais de mercado (caput e §5º), atribuindo-lhes o status de “principal”.

Por sua vez, o capital social ou patrimônio líquido (§4º) passa a ser um critério adicional (ou cumulativo), e geralmente aplicável em contratações de maior risco.

Ou seja, o PL ou Capital Social não é um substitutivo para quem não atende aos índices exigidos, conforme disciplina - equivocadamente - os itens 4.1.4.5 e 4.1.4.6, do TR:

“4.1.4.5 - Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;

4.1.4.6 - Caso a empresa licitante apresente resultado superior a 0,80 (oitenta centésimos) no índice de Endividamento Geral (EG) e/ou Grau de Endividamento, será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação;”

- -
Em outras palavras, a NLLC impõe uma nova concepção à qualificação econômico-financeira, conferindo aos índices contábeis o status de insubstituibilidade, de sorte que não há o que se falar em alternância pelo PL ou Capital Social, e sim de complementação.
Vejamos a seguinte ementa lavrada em julgado do TCE/SP (007337.989.24-8):
EMENTA: EXAME PRÉVIO DE EDITAL. PREGÃO PRESENCIAL. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE PRÉDIOS DO ENSINO. PREVISÃO DE BENEFÍCIOS À ME E EPP. LEI FEDERAL 14.133/21. IMPOSSIBILIDADE. VALOR DO LOTE ULTRAPASSA O LIMITE DE ENQUADRAMENTO. PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS. INDEVIDA. SERVIÇOS QUE IMPÕEM SUBORDINAÇÃO. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. ALTERNATIVIDADE NÃO PERMITIDA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. PROCEDÊNCIA PARCIAL.

Por esta razão, pergunta-se:
I - é correto entender que a exigência de índices contábeis deve ser atendida pela licitante credenciada em conjunto com o PL ou Capital Social, isto é, o PL ou Capital Social deve ser cumprido cumulativamente com os índices contábeis, conforme nova da NLLC (art. 69, _caput_)?
II - em desdobramento a pergunta acima, a qualificação econômico-financeira deverá ser atendida em todos os índices contábeis consignados no item 4.1.4.2, do TR, conforme nova redação da NLLC (art. 69, _caput_)?
III - Segundo consta nos itens 4.1.4.2.1 e 4.1.4.2.2, do TR (de que tratam dos ILG e ILC), o atingimento dos índices contábeis nele previstos deverá ser “_superiores a 1 (um)_”, e por esta razão pergunta-se: deve-se ser considerado atendido os referidos itens aqueles participantes que atingirem no mínimo 1,01 de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) até duas casas decimais?

Tiago Cassemiro Falchi Nebesny
Executivo de Contas de Mercado Público
Cel: +55 11 98934-8382
E-mail: tiago.nebesny@pluxee.com
www.pluxee.com.br [1]

C1 - Internal Usage - Pluxee

De: Marinice Cardoso Vieira <licitacoes@camarabomjardim.rj.gov.br>
Enviado: segunda-feira, 15 de dezembro de 2025 15:14
Para: Tiago Nebesny <tiago.nebesny@pluxee.com>
Cc: Flavia Sales <flavia.sales@pluxee.com>; Rafael Pereira <rafael.pereira@pluxee.com>
Assunto: Re: Esclarecimento - PE 005/25 - Auxílio Alimentação - CM de Bom Jardim/RJ - Pluxee

Em 2025-12-15 14:17, Tiago Nebesny escreveu: > Ref. : Pregão Eletrônico nº 005/2025 > Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de > serviços de administração, gerenciamento, emissão, distribuição > e o fornecimento
ZjQcmQRYFpfptBannerStart

This Message Is From an Untrusted Sender
You have not previously corresponded with this sender.

ZjQcmQRYFpfptBannerEnd

Em 2025-12-15 14:17, Tiago Nebesny escreveu:

Ref.: Pregão Eletrônico nº 005/2025
Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de administração, gerenciamento, emissão,

distribuição

e o fornecimento de AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO, através de cartão eletrônico-magnético com chip de segurança e senha pessoal para aprovação das transações (CARTÃO ALIMENTAÇÃO/REFEIÇÃO), bem como o gerenciamento via WEB e recargas de créditos mensais, que possibilitem a utilização por meio da rede de estabelecimentos credenciados, para os Servidores Públicos e Agentes Políticos do Poder Legislativo Municipal de Bom Jardim/RJ

Prezado(a) Senhor(a),
A empresa PLUXEE BENEFÍCIOS BRASIL S.A. (SODEX0), inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 69.034.668/0001-56, por meio de seu representante legal, interessada em participar do certame acima referendado, vem, perante ao(à) Senhor(a) Pregoeiro(a) Agente de Contratação, REQUERER OS SEGUINTEES ESCLARECIMENTOS:

* Possuem inscrição no PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador)? Em caso afirmativo, qual o CNPJ inscrito?

* Utilizam os Incentivos Fiscais do PAT (Programa de

Alimentação do

Trabalhador)?

* Os funcionários são Estatutários ou Celetistas?

* Há um percentual de desconto no benefício do trabalhador

(limitado a 20%)?

* Possuem Regime Tributário calculado sobre o lucro real?

* Qual é o atual prestador de serviços do objeto demandado e a respectiva taxa de administração?

Na oportunidade, reiterando o nosso protesto de elevada estima e consideração, requer ao(a) Agente de Contratação que esclareçam os pontos acima, com a brevidade que lhe é peculiar.

Tiago Cassemiro Falchi Nebesny

Executivo de Contas de Mercado Público

Cel: +55 11 98934-8382

E-mail: tiago.nebesny@pluxee.com.br

[https://urldefense.com/v3/_http://www.pluxee.com.br/_;!!OUPNWTPC!kx3YtBw-96dPwJ9Z-G-zj3GmTkGCVtLVtXcjBapm8kJU03b5msjOU4zWZu2e1j1Y1R_XeIc4uj8qhhjtesYtcQTbVRDDfe3_1Gar_FnnmPuT\\$. \[1\]](https://urldefense.com/v3/_http://www.pluxee.com.br/_;!!OUPNWTPC!kx3YtBw-96dPwJ9Z-G-zj3GmTkGCVtLVtXcjBapm8kJU03b5msjOU4zWZu2e1j1Y1R_XeIc4uj8qhhjtesYtcQTbVRDDfe3_1Gar_FnnmPuT$. [1])

C1 - Internal Usage - Pluxee

Links:

[1]

[https://urldefense.com/v3/_http://www.pluxee.com.br/_;!!OUPNWTPC!kx3YtBw-96dPwJ9Z-G-zj3GmTkGCVtLVtXcjBapm8kJU03b5msjOU4zWZu2e1j1Y1R_XeIc4uj8qhhjtesYtcQTbVRDDfe3_1Gar_BxHiF0z\\$. \[1\]](https://urldefense.com/v3/_http://www.pluxee.com.br/_;!!OUPNWTPC!kx3YtBw-96dPwJ9Z-G-zj3GmTkGCVtLVtXcjBapm8kJU03b5msjOU4zWZu2e1j1Y1R_XeIc4uj8qhhjtesYtcQTbVRDDfe3_1Gar_BxHiF0z$. [1])

Prezado, respondo abaixo seus questionamentos seguindo a ordem recebida:

*Não;

*Isento;

*Os servidores são estatutários e há também Agentes Políticos;

*Não há;

*Órgão público tem imunidade tributária;

*Atualmente não há prestador de serviços/ 1ª contratação.

Espero ter esclarecido suas dúvidas e me coloco a disposição para

quaisquer outras.

At.te

Marinice Cardoso Vieira

Agente de Contratação / Pregoeira

Links:

[1] <http://www.pluxee.com.br/>

--

Prezados,

Em atenção aos novos esclarecimentos solicitados, passa-se às respostas, de forma objetiva:

A forma de pagamento do benefício será pré-paga, conforme disposto nos itens 1.4.1 e 1.8.1.2 do Edital, conforme retificações já disponibilizadas na aba "Avisos" do sistema COMPRAS.GOV.

Diante da especificidade da contratação e da adoção de arranjo aberto, entende-se que a eventual operação da empresa contratada com outras bandeiras não implica transferência da execução do contrato, desde que toda a responsabilidade perante a contratante seja integralmente assumida pela própria contratada, sendo vedada qualquer tentativa de eximir-se sob alegação de responsabilidade de terceiros.

Não será realizada diligência na fase de habilitação para comprovação das funcionalidades. Contudo, a não observância dos requisitos e funcionalidades exigidos no edital e no Termo de Referência configurará descumprimento contratual, sujeitando a contratada às penalidades cabíveis.

Quanto à qualificação econômico-financeira:

4.1. Não. O capital social ou patrimônio líquido mínimo de 10% somente será exigido caso algum dos índices previstos no item 4.1.4.2 do Termo de Referência não seja alcançado.

4.2. Sim. A licitante deverá atingir todos os índices contábeis previstos no item 4.1.4.2 do Termo de Referência, na forma nele estabelecida.

4.3. Serão considerados atendidos os índices quando superiores a 1, independentemente da quantidade de casas decimais. Exemplo: 1,00001 é considerado superior a 1.

Atenciosamente,

Marinice Cardoso Vieira
Agente de Contratação / Pregoeira